

A filosofia e a filosofia da educação no pensamento de Anísio Teixeira

Sabina Maura Silva*

Resumo:

Anísio Teixeira explicita os lineamentos filosóficos gerais e específicos à educação principalmente no livro *Pequena introdução à filosofia da educação* – escola progressiva ou a transformação da escola. O educador brasileiro chama a atenção para a ligação estreita entre educação, com o claro sentido de *formação*, e a filosofia, como expressão ideal universal de uma época. A educação como processo de formação do indivíduo não pode prescindir de uma reflexão cujo escopo seja o desvendamento dos sentidos do mundo humano. Prática que corrige a si, porquanto se deixe penetrar pela postura filosófica e se nutra de seu *pneuma*. A filosofia aparece, pois, como uma postura que retifica usos e rumos da prática social formativa. Na reflexão anisiana, na qual a prática pedagógica tem um fim político, o professor, que rege o processo educativo, deve possuir, tanto quanto informação e técnica, uma clara filosofia da vida humana e uma visão aguda da natureza humana; deve se tornar, por isso, filósofo.

Palavras-chave:

Filosofia; filosofia da educação; educação; democracia.

The philosophy and the philosophy of education at the thought of Anísio Teixeira

Abstract:

Anísio Teixeira explains the general and specific philosophical guidelines of the education especially at the book *Pequena introdução à filosofia da educação* – escola progressiva ou a transformação da escola. The brazilian educator points to the close link between education, with a clear sense of formation, and philosophy, as an ideal universal expression of an era. Education, as a process of formation of a person, cannot prescind from a reflection whose scope is the revelation of the senses of the human world. Practice that corrects itself, since let penetrate through philosophical attitude and feeds their own *pneuma*. The philosophy appears as a posture that corrects uses and directions of social formative practice. On Teixeira's reflection, in which the pedagogic practice has a political purpose, the teacher, which governs the education process, should have as much as information and technique, a clear philosophy of human life and an acute vision of human nature; must become a philosopher.

Key words:

Philosophy; philosophy of education; education; democracy.

* Professora visitante do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da FAE/UFMG, doutora em educação pela FAE/UFMG, mestre em filosofia pela Fafich/UFMG.

Anísio Teixeira explicita os lineamentos filosóficos gerais e específicos à educação principalmente no livro *Pequena introdução à filosofia da educação – escola progressiva ou a transformação da escola*. Em nota adicionada ao texto em 1967, Teixeira adverte que “o pensamento do autor não tem preocupações de originalidade. Filia-se aos educadores e, mais diretamente, ao do grupo que reconhece, como sua principal figura, a do filósofo John Dewey” (TEIXEIRA, 2000, p. 11). Assim, apresenta o *corpus* conceitual de Dewey referente aos “fundamentos da educação baseada na experiência” (TEIXEIRA, 2000, p. 11). A não originalidade ao tratar das questões de princípio pertinentes à filosofia e à educação não tira, absolutamente, o mérito de Anísio Teixeira. Ressalte-se, em primeiro lugar, que ele jamais foi propriamente um filósofo, de formação ou de ofício. Nesse sentido, necessitou buscar amparo categorial e teórico mais geral para a sua reflexão acerca das questões e dos desafios enfrentados na realidade educacional brasileira. Em segundo lugar, ao organizar as categorias que se encontram distribuídas em vários escritos do pensador pragmático norte-americano, oferece ao leitor uma compilação valiosa, expondo os aspectos teóricos e as diretrizes da educação progressiva e os elementos de sua técnica; enfatizando a relação intrínseca entre educação e sociedade; analisando a ação da educação sobre o indivíduo e sobre a organização social como um todo; e ressaltando a necessidade de fundamentação filosófica da prática educacional.

O entendimento da concepção de filosofia da educação assumida por Anísio Teixeira pressupõe compreender a forma como é concebida a própria reflexão filosófica. A filosofia voltada às questões pedagógicas está intimamente ligada ao modo pelo qual os problemas relativos aos princípios, aos valores e à imagem de mundo são resolvidos no interior de um discurso que pretende articular as várias dimensões da experiência humana. Considerando o tipo de produção teórica em tela, porque filiada explicitamente ao pragmatismo, é essencial focalizar a relação das produções intelectuais com a prática social efetiva e imediata.

Seguindo o pensamento de Dewey, Anísio Teixeira reflete criticamente sobre a filosofia. A filosofia é um conjunto de formações ideais que buscou, desde seu início na Grécia Antiga, o encontro e a posse de nada menos que a decifração do íntimo da realidade, para além das experiências efetivas que dela temos. A visada do *ser* foi sempre a propositura mestra, o que afastou a filosofia, cada vez mais, de seu solo real e de sua função apropriada. Junto a isso, também tentou ser a exposição da *verdade* última e definitiva, o estabelecimento do conhecimento do mundo como ele é em-si, abraçando tanto suas esferas particulares e dadas na experiência, quanto aquela de caráter absoluto e impalpável na vida comum. Quanto mais progredia a construção de tal forma discursiva, mais o segundo aspecto se sobrepunha ao primeiro e mais a universalidade se afirmou como único objeto de real dignidade, afastando da alça de mira da reflexão filosófica aquele outro que poderia se oferecer de maneira apropriada. A mirada universal, empreendida e ostentada como ciência do mundo, dirigiu o pensamento para a transcendência de seus limites intrínsecos.

Dessa posição adotada por Anísio Teixeira decorrem duas implicações importantes concernentes ao *status* da filosofia. Em primeiro lugar, o discurso filosófico deixa de ser considerado uma teoria de um ente ou processo em particular, para tornar-se *método* – isto é, mais um proceder especial frente aos objetos que a tematização acerca de um objeto que lhe seja próprio. A pretensão de possuir esse objeto, a *coisa*, que a definiria como ciência ou padrão teórico, é qualificado de *ilusão*, de autoengano, proveniente de uma desmedida que a fez se distanciar de sua finalidade adequada. Em segundo lugar, se houver algo próximo a objeto do filosofar, este só poderia ser o enfrentamento de conflitos, a busca de um equilíbrio de tensões sociais intensamente vividas, um *télos* eminentemente ideológico, diverso daquele que orienta e anima necessariamente as proposituras de caráter propriamente científico. A filosofia se defronta com problemas que, por certo, não excluem a demanda do conhecimento; ao contrário, exigem-na. Contudo, nem por isso se pode fazer da atitude e do discurso filosóficos similares em poder e escopo àqueles das ciências. De modo que, no interior da exposição da crítica pragmática da filosofia, esta perde espessura acadêmica ou teórica propriamente dita, para se tornar um tipo de indagação existencial, que não pertence ao mesmo campo de produção ideal ao qual pertencem as ciências. O próprio termo filosofia aparece, então, remetido a um contexto extremamente mais amplo, porquanto abraça virtualmente todas as idealidades voltadas ao problema do sentido das ações humanas. Nesse sentido, afirma o educador brasileiro, “filosofia é, assim, na frase de Dewey, ‘a investigação e a inquirição sobre o que exige de nós o conjunto de conhecimentos atualmente existente ou o conjunto dos conhecimentos que temos’” (TEIXEIRA, 2000, p. 168).

Esse modo de entender a questão não exclui, entretanto, a relação do discurso filosófico com os desenvolvimentos científicos. Muito ao contrário, tal relação é exigida em razão do pensar visar à totalidade dos campos da vida humana, dentre os quais se conta o que o conhecimento científico produz. A posição do sentido das nossas ações e do próprio mundo requer de algum modo, para o autor, uma presciência com relação aos conteúdos trazidos pela tradição científica. Isso, contudo, não anula a determinação do filosofar como saber, que continua como algo bem diverso da ciência. A filosofia, em uma perspectiva pragmática, possui uma natureza eminentemente *interpretativa*, radicalmente diferente, e até oposta, da postura científica, a qual se fundamenta na *verificabilidade* dos enunciados teóricos. Apoiando-se nos enunciados de William James, Teixeira procura determinar o caráter específico do filosófico em relação ao científico: “Essa noção nos leva ao conceito de William James, quando afirma que todos possuímos uma filosofia, que é o sentido mais ou menos obscuro ou lúcido que temos

do que a vida, honesta e profundamente, significa para cada um de nós” (TEIXEIRA, 2000, p. 168).

Distinguindo a filosofia da esfera de ação intelectual própria das ciências, Teixeira, assumindo como sua a propositura de Dewey, afirma que a primeira pode ser entendida como uma postura literariamente elaborada, arrimada nas posições que todos os indivíduos, em sua singularidade, guardam acerca das questões de sentido da existência. Nesse contexto, a atitude intelectual crítica da filosofia frente à mundaneidade e aos valores não funda nenhum tipo de propositura teórica, mas apenas a expressão, altamente elaborada, em alguns casos, é verdade, de uma determinada *perspectiva*. Trata-se de uma diferença essencial para compreender a argumentação aqui discutida entre *verdade* e *sentido*, entre a objetividade da teorização e a relatividade do ajuizamento. É uma delimitação de fronteiras que será determinante para a *démarche* precisa de jurisdição própria a cada um dos produtos ideais. Posição essa que se filia à pretensão de reconstrução da filosofia, conforme estabelecida na filosofia de John Dewey.

Nesse espírito, como era forçoso, “a reconstrução da filosofia, nos tempos modernos, acompanhou a mesma história da reconstrução do pensamento científico ou artístico” (TEIXEIRA, 2000, p. 166). Os filósofos foram impelidos a reconstruir seu fazer e a redimensionar seus objetos e suas ambições. Tornaram-se, talvez, menos *dogmáticos*: a filosofia, na modernidade, é, para o autor, “um processo em marcha transformando-se, modificando-se, reconstruindo-se na medida em que o homem opera, nas outras províncias de suas pesquisas, transformações, modificações e reconstruções” (TEIXEIRA, 2000, p. 166). Aqui cabe uma observação crítica: a característica da reflexão moderna que Anísio Teixeira destaca como particular – a sua adaptação constante aos movimentos do mundo, apesar da manutenção da sua visada universal – parece-nos ser um elemento constante na história da filosofia como um todo. De certa maneira, apesar do dogmatismo dos sistemas, a filosofia não procedeu sempre assim? A integralidade dos sistemas e produções filosóficas, variando em grau e amplitude, de um modo ou de outro, não teve de incorporar as tramas urdidas pelo particular, como parte do tecido do universal, mesmo que às vezes falseando-as, às vezes retendo-as como elementos de uma lógica absoluta?

Para o educador brasileiro, entretanto, a face inovadora da filosofia moderna provém do fato de que, ao confrontar-se com o novo que representa a experimentação, o vislumbre universal se configura não mais no terreno do objeto, mas na direção e no método com que faz a recepção da modernidade. A sabedoria dos modernos busca não o estabelecimento de um conhecimento do universal em si, mas a tentativa de *harmonizar* os vários campos e ramos em que as ciências vão se desenvolvendo.

Por conseguinte, o caráter de generalidade e universalidade da filosofia não o é com relação ao objeto do seu conhecimento, mas em relação à direção e atitude em que se busca esse conhecimento. Procura-se, aí, com efeito, mais um ponto de vista coerente e harmônico em relação à pluralidade de acontecimentos que ocorrem e os conhecimentos que possuímos, do que um novo conhecimento geral e universal.

Em relação às últimas causas, também se faz sentir o ponto de vista moderno. Não é que se busquem realmente hoje causas últimas. É que, se em relação à ciência o que se busca é a verdade, no sentido da sua objetividade verificável, em relação à filosofia o que se busca é penetrar no sentido íntimo e profundo das coisas. O sentido das coisas não se confunde com a verdade, como nos habituamos a considerá-la em ciência. (TEIXEIRA, 2000, p. 166)

Assim, ao lado da modéstia de seu status no panteão dos saberes, a filosofia não tem mais objeto. Há, por via de consequência, uma mutação também na ordem de seus respectivos escopos. A filosofia não se dedica mais à posição da verdade das coisas, mas apenas do *sentido* que estas possam ter na vida humana. O *íntimo* dos objetos e dos processos não deve mais ser identificado a uma essência verdadeira oculta, e sim remetido ao quanto estes se referem à, e ferem a, subjetividade. Anísio Teixeira é, nesse particular, bem explícito:

A verdade diz respeito a *fatos e existências*. No mais, não há verdades, mas interpretações, sentidos, valores. Ao ouvirmos uma sinfonia de Beethoven, não há uma verdade a verificar, há um sentido a perceber que pode ser menos ou mais profundo. (TEIXEIRA, 2000, pp. 167-8, grifo do autor)

Por isso, ainda que parta do mundo real e dos conhecimentos produzidos sobre este mesmo mundo pelas ciências, o discurso filosófico não deve pretender o alcance do verdadeiro e a enunciação de legalidades objetivas, uma vez que “A filosofia não busca verdades no sentido estritamente científico do termo, mas valores, sentido, interpretações mais ou menos ricas da vida” (TEIXEIRA, 2000, p. 168). Portanto, respeitando seus limites, deve exercitar-se como aquilo que é: *uma forma literária*.

Filosofia tem assim tanto de literário quanto de científico. Científicas devem ser as suas bases, os seus postulados, as suas premissas, literárias ou artísticas as suas conclusões, a sua projeção, as suas profecias, a sua visão. E nesse sentido filosofia se confunde com a atividade de pensar, no que ela encerra de perplexidade, de dúvida, de imaginação e de hipotético. Quando o conhecimento é suscetível de verificação, transforma-se em ciência, e enquanto permanece como visão, como simples hipótese de valor, sujeito aos vaivéns da apreciação atual dos homens e do estado presente das suas instituições, diremos, é filosofia. (TEIXEIRA, 2000, p. 168)

Com essa argumentação sobre a filosofia e a ciência, estabelece-se uma espécie de divisão reflexiva de trabalho: à ciência cabe a verificação formal e objetiva da verdade das coisas; já à filosofia compete a apreciação dos sentidos do mundo e daquilo que ele pode ser. As ciências são realistas, a filosofia é visionária.

Digna de nota, também, é a abordagem do emergir histórico da filosofia. Anísio Teixeira desenha um tipo de enquadramento dos saberes e de seus lugares sociais, tentando levar em conta a divisão social do trabalho, a qual cindia, segundo ele, o conjunto social em dois grupos de atividade bem delimitados: de um lado, os empíricos, de outro, os que se dedicavam à contemplação do sagrado. Os saberes ou, na terminologia de filosofia pragmática de Dewey, os “produtos mentais”, não se misturavam, assim como permaneciam perfeitamente discerníveis e separados os contingentes que deles se ocupavam, bem como os espaços sociais a eles destinados. A divisão, dessa forma existente, cristalizava-se como domínio sociopolítico e econômico. Constituíam um modo de distinção e de separação sociais que perduraram e perduram mesmo em períodos bem posteriores àqueles da primitividade ou do Mundo Antigo, o que dá azo à persistência, na imaginação popular dos mitos, das histórias fantásticas e da religião. Provavelmente seria outra a marcha histórica, diz Anísio Teixeira, se os saberes efetivadores, práticos, responsáveis reais pela construção do humano, tivessem tido a oportunidade de fecundar o discurso oriundo da memória social.

Na argumentação de Teixeira, a *arte* ganha um sentido próximo ao de *techné* e de *poiesis*; do saber-fazer e do criar. É uma situação arcaica, somente rompida na exata medida em que são rompidos ou transcendidos os limites da experiência humana na natureza. O progresso das artes, o desenvolvimento do comércio, a geração de um mundo de riquezas viriam a confrontar a ordem estabelecida sobre o arrimo dos deuses e sob o resguardo dos sacerdotes. O conflito entre os costumes, as crenças e as normas sociais, de um lado, e as resultantes do desenvolvimento das artes práticas, de outro, afirma-se como real. Confrontação que, em muito, guarda semelhança com o processo socioevolutivo, porquanto o próprio incremento de poder e de amplitude da vida dos homens passa-lhes a exigir um maior grau de adaptabilidade ao real, à natureza, ao mundo objetivo. Seguindo de perto as ideias de John Dewey, expostas em *Reconstrução da filosofia*, Teixeira verá naquele confronto radical a razão principal para a emergência do discurso filosófico na Grécia Antiga. Um hiato efetivo e intransponível instala-se entre a palavra dos poetas e a vida efetiva da comunidade. Um abismo que não poderia ser coberto pelos esforços isolados dos dois lados. No parecer de Anísio Teixeira, a filosofia e o seu agente – o filósofo – virão para cerrar essa fenda e tentar promover uma reconciliação dos dois reinos da comunidade antiga.

Nesse momento, o educador brasileiro apresenta uma tese sobre a história da filosofia desenvolvida na obra de Dewey acima referida. O discurso filosófico, ao contrário do que reza a tradição historiográfica, não se iniciou com os pensadores jônios, mas com os sofistas (cf. TEIXEIRA, 2000, p.158). O que permite inferir que Anísio Teixeira, acompanhando de perto seu mestre, localiza a tematização primeva do filosofar no enfrentamento do problema da lei fundamentada na deliberação da assembleia de cidadãos. No prosseguimento da sua argumentação, vai deslocar o centro da posição socrático-platônica - a busca pela sustentação teórica da pretendida relação entre lei e verdade - para o reino da discussão acerca do estatuto da lei democrática. A prática corrente passa a ser uma fundamentação mais poderosa e apropriada que o vislumbre da inteligibilidade pura. A nova vida da comunidade, centrada na discussão e no confronto de posições, na resolução prático-pragmática dos conflitos é o metro da verdade, ou melhor, das verdades. A vida civil ganha status de arrimo gnóstico-epistêmico. É claríssimo, nesse passo, como Teixeira faz do pragmatismo o discurso filosófico por excelência e o transforma em paradigma do discurso teórico sobre o real. Nesse sentido, estende a validade histórica das categorias que perfazem o conjunto de sua posição teórica, dotando-as de uma força ilimitada e atemporal. Posto assim o critério, tal posição não se sente obrigada a seguir, nem se subsume à validação da historiografia filosófica, aos achados particulares que venham a ratificar ou retificar qualquer periodização. Teixeira afirma, sem receios, que “pouco importa que, historicamente, a tese de Dewey não esteja sempre com todo o apoio. O seu ponto de vista não é, por isso, menos interessante para nos esclarecer certos caracteres reais encontrados na filosofia ocidental” (TEIXEIRA, 2000, p. 160). Como pragmático consequente, dirige-se pela observação de William James de que a verdade, ou antes, a validade do pensamento se situa não em uma pretensa correspondência com o real, mas em sua capacidade operativa (cf. JAMES, 1985, p. 22). O pragmatismo revela-se claramente como *um relaxamento do pensamento e do discurso*. No caso, o apoio à tese de Dewey, caso esta sofra objeções de ordem documental ou historiográfica, é o fato de ela se mostrar *interessante*.

A racionalidade possível, desse modo, teria ficado confinada ao reino das formas e das fórmulas puras de organização do pensar e do discurso, não podendo estabelecer-se como instrumento e lugar dos novos conteúdos. A aporia da filosofia ateniense, o intento de encontrar uma essência racional para a lei que emana da *pólis*, reduz-se, na visão pragmática, a um conformismo teórico. A vida democrática parece que se impunha, na visão do pragmatismo, desde a sua mais tenra idade. A democracia é aqui também um paradigma e não uma forma particular de poder. Parece escapar, ao modo de assim colocar a questão, o problema da particularidade histórica das formas de poder político e social. A democracia possuía o mesmo sentido para os gregos dos séculos VI-IV a.C. que para nós?

A filosofia, como acima entendida, adquire o estatuto de uma necessidade em função dos desafios e das

transformações postos pelas consequências existenciais dos desenvolvimentos da ciência e do uso desta no cotidiano. Sob esse aspecto, embora o discurso filosófico não possa pretender para si o título de científico, de maneira alguma é ele um produto supérfluo. Longe de tarefa ociosa, a reflexão é uma demanda colocada objetivamente aos indivíduos na era moderna, talvez mais que em qualquer outra, pois

Nos dias de hoje, quando a ciência vai refazendo o mundo e a onda de transformação alcança as peças mais delicadas da existência humana, só quem vive à margem da vida, sem interesses e sem paixões, sem amores e sem ódios, pode julgar que dispensa uma filosofia.

Só com uma vida profundamente superficial podemos não sentir as solicitações diversas e antagônicas das diferentes fases do conhecimento humano, e os conflitos e perplexidades atordoantes da hora presente. (TEIXEIRA, 2000, p. 169)

Entretanto, sempre bem entendido, uma filosofia de todo diversa das elaborações meramente acadêmicas ou centradas numa erudição ostensiva e vazia. A filosofia a qual se refere Anísio Teixeira está bastante distante das versões sistematizantes, surtidas das escolas no decorrer da história do pensamento, *criações pedantes de gabinete*. O discurso filosófico ganha em eficácia expressiva e ideológica quanto mais ele exprimir os valores, preocupações, dilemas e questões cruciais da época de um povo. A filosofia assume pertinência na exata medida em que consiga se colocar como elaboração ideal de seu próprio tempo histórico, espelho da vida de uma civilização particular. Ou seja,

Na medida de nossas forças, construímos, então, uma filosofia e a ela nos acomodamos, tão bem como tão mal, em nossa ânsia e inquietação de compreender e de pacificar o espírito. Tais filosofias individuais não se articulam, porém, em sistemas filosóficos. Esses, quando não são criações pedantes de gabinete, mas expressões reais de filosofia, representam e caracterizam uma época, um povo ou uma classe de pessoas. Porque, no sentido realístico de que falamos de filosofia, tal seja a vida, tal seja a civilização, tal será a filosofia. A filosofia de um grupo que luta corajosamente para viver, não é a mesma de outro cujas facilidades transcorrem em uma tranquila e rica abundância. (TEIXEIRA, 2000, p. 170)

Nesse passo aparece a *experiência*, categoria fundamental de Dewey, como critério ôntico do discurso. A experiência enfrentada por uma determinada comunidade, em um dado período de sua história, condiciona a expressão filosófica deste grupo. O experienciar o mundo e as situações arrimam a construção das formas ideais, nas quais se exprime um modo particular de existência e se podem dar ações prospectivas: “a filosofia deve procurar definir os problemas mais palpitantes dessa nova ordem de coisas e armá-los para as soluções mais prováveis” (TEIXEIRA, 2000, pp. 171-172). O *de onde...* e o *para onde...*, e não o verdadeiro e o falso; eis os elementos principais da propositura filosófica. Posição que deve permanecer sempre no terreno dos propósitos, dos juízos de valor, da estimação da existência, e não no da veracidade de enunciados, caso se queira mostrar como pertinente e manter sua dignidade específica. Na amplitude do sentido, reside o limite do filosofar. A delimitação da filosofia assim posta não lhe permite posição de relação com a verdade, senão mediada pela prática vivenciada e pela pragmática por esta demandada. Dessa apresentação do caráter próprio ao pensar da filosofia e de seu discurso, cujos parâmetros se referenciam pela categoria de experiência, deriva uma definição precisa de *filosofia da educação*.

Tomando integralmente a elaboração de seu mestre, Anísio Teixeira chama a atenção para a ligação estreita entre educação, com o sentido claro de *formação*, e a filosofia, como expressão ideal universal de uma época. Argumenta que,

“Se educação é o processo pelo qual se formam as disposições essenciais do homem - emocionais e intelectuais - para com a natureza e para com os demais homens, filosofia pode ser definida como a *teoria geral da educação*”, diz Dewey.

“Com efeito”, acrescenta esse autor, “a não ser que uma filosofia seja puramente simbólica ou verbal, ou predileção sentimental de alguns, ou simples dogma arbitrário, o seu julgamento da experiência e o seu programa de valores deve concretizar-se na conduta e, portanto, em educação. E, por outro lado, se a educação não quer se transformar em rotina e empirismo, deve permitir que os seus fins e os seus métodos se deixem animar pelo inquérito largo e construtivo da sua função e lugar na vida contemporânea, que à filosofia compete prover.” (TEIXEIRA, 2000, pp. 170-1)

A educação, como processo de formação da pessoa, não pode prescindir de uma reflexão cujo escopo seja o desvendamento dos sentidos do mundo humano. É a formação para a vivência, a qual, no entanto, não se identifica com a mera acomodação ao instituído. Em vez disso, pretende, e deve pretender sempre, seu reexame permanente tanto no nível dos procedimentos, quanto naquele dos princípios. Prática que corrige a si, porquanto se deixe penetrar pela postura filosófica e se nutra de seu *pneuma*. A filosofia aparece, aqui, como uma postura terapêutica que retifica usos e rumos da prática social formativa. Por outro lado, à filosofia também compete, nestes novos tempos, decantar os ares da vivência efetiva e não as construções de conjuntos arquitetônicos, que são tão

vaporosos, quanto mais etéreos se mostram.

Da concepção da relação entre filosofia e experiência vivida, entre filosofia e educação, entre filosofia e formação, desdobra-se uma definição acerca do que seria uma *filosofia da educação*: “Filosofia da educação não é, pois, senão o estudo dos problemas que se referem à formação dos melhores hábitos mentais e morais em relação às dificuldades da vida social contemporânea” (TEIXEIRA, 2000, p. 171). Filosofia da educação que não pretende ser a concepção *a priori* e eruditamente desmedida do *deve-ser* em absoluto o formar. Não é tampouco um enquadramento teórico fornecido por esta ou aquela escola acadêmica dado que

Considerada assim, a filosofia, como a investigadora dos valores mentais e morais mais compreensivos, mais harmoniosos e mais ricos que possam existir na vida social contemporânea, está claro que a filosofia dependerá, como a educação, do tipo de sociedade que se tiver em vista. (TEIXEIRA, 2000, p. 171)

É nesse particular que a *democracia* emerge no discurso como paradigma teórico fundante. A tarefa da filosofia reside, para o pragmatismo de Dewey, no vislumbre o mais amplo possível das formas de harmonização das questões mais palpitantes da vida moderna. O tipo de reflexão filosófica a ser empreendido depende da espécie de sociedade em que se deseja viver. No caso da modernidade, atravessada pelo desenvolvimento das ciências possibilitado pelo uso do método experimental e transformada continuamente pelos desdobramentos da Revolução Industrial, a democracia é a sua forma social por excelência. A democracia, como forma paradigmática da existência social dos homens é o modo de vivência a ser fortalecida, na medida em que fornece aos elementos da vida moderna um amplo espaço de florescimento, pois

Os ideais e aspirações, contidos no sistema social democrático, envolvem a igualdade rigorosa de oportunidades entre todos os indivíduos, o virtual desaparecimento das desigualdades econômicas e uma sociedade em que a felicidade dos homens seja amparada e facilitada pelas formas mais lúcidas e mais ordenadas. (TEIXEIRA, 2000, p. 172)

Neste ponto, põe-se o escopo político-social da educação. Em função das transformações ocorridas no processo moderno de experienciar o mundo, as quais deram novas configurações a instituições como a família, o estado, a igreja, “nunca se pediu tanto à educação e nunca foram tão pesadas as responsabilidades que estão sobre os nossos ombros” (TEIXEIRA, 2000, p. 172). A escola “tem que dar ouvidos a todos e a todos servir. Será o teste de sua flexibilidade, da inteligência de sua organização e da inteligência dos seus servidores” (TEIXEIRA, 2000, p. 173).

Desenha-se, assim, a figura modelar do que se espera do educador. Reatando com a noção clássica de *paidéia*, o educador brasileiro indica o elenco de caracteres que tal profissional deveria apresentar no desempenho de seu ofício:

Esses têm de honrar as responsabilidades que as circunstâncias lhes confiam, e só o poderão fazer, transformando-se a si mesmos e transformando a escola. (...) Tem de ser um estudioso dos mais embaraçosos problemas modernos, tem que ser estudioso da civilização, tem que ser estudioso da sociedade e tem que ser estudioso do homem; tem que ser, enfim, *filósofo* (TEIXEIRA, 2000, p. 173)

Dessa maneira, independente de seu campo de conhecimento específico, a totalidade do saber humano acumulado e continuamente produzido deverá ser por ele dominada, ainda que de modo referencial. Não por acaso, o professor tem que assumir como seu lema o dístico de Terêncio, segundo o qual *nada que é humano me é estranho* (cf. Teixeira, 2000, p. 173).

Há, então, um curioso paralelismo entre a propositura de Anísio Teixeira e aquela de Platão, o qual é tão duramente criticado por ele. Ambos partem do diagnóstico de uma grave crise, de um descompasso entre as exigências da vida social boa e a preparação dos indivíduos frente a estas. Para um e outro, a educação tem papel e potencial claros no confronto e no encaminhamento das soluções. A falta de uma *medida* social, um parâmetro para as ações, agora demandadas pelo viver em comum, é a causa do dilaceramento social para ambos. De certa forma, embates análogos, não idênticos, que levarão cada autor a trilhar as mesmas sendas, mas em direções opostas. O pensador da Academia, após a argumentação levada a efeito em *A república*, chega à conclusão de que o filósofo, por ter a visada do inteligível e, em razão disso, deter a sabedoria do bem supremo, deve se tornar rei. Na reflexão do educador brasileiro, o qual tem também para o pedagógico um fim político, o professor, que rege o processo educativo, deve possuir, “ao lado da informação e da técnica, (...) uma clara filosofia da vida humana, e uma visão delicada e aguda da natureza do homem” (TEIXEIRA, 2000, p. 173); deve tornar-se, por isso, filósofo.

Referências bibliográficas

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação - escola progressiva ou a transformação da escola*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

DEWEY, John. *Reconstrução em filosofia*. 2. ed. Tradução António Pinto de Carvalho. São Paulo: Editora Nacional, 1951.

JAMES, William. “Pragmatismo”. *In: Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.